

# A velha social-democracia e a nova direita: é possível uma terceira via?

---

*Antonio Ernani Lima\**  
*Eugenio Lagemann\**

**A**ssistimos, desde o final da década de 80, ao fim do socialismo de Estado, que, na sua forma mais ortodoxa, foi praticado nos países comunistas sob a égide da extinta União Soviética, assim como à crise do tipo de socialismo (nem sempre democrático), que, nos países capitalistas, se caracterizou pelo papel ativamente intervencionista do Estado na economia. Em contrapartida, voltaram a predominar as idéias do liberalismo, como fonte de inspiração para orientar as práticas políticas das economias nacionais e do comércio internacional.

A história do pensamento econômico mostra-nos que, de forma subjacente a esses dois movimentos político-ideológicos, o liberalismo e o estatismo, existem dois grandes conjuntos de teorias e de autores, que, visando explicar equilíbrio, crise, crescimento e distribuição do produto, sustentaram, de um lado, em maior ou menor grau, o intervencionismo estatal e, de outro, a autonomia dos mercados.

A justificativa para essa virada nas políticas públicas e no pensamento econômico que as orienta foi o esgotamento do papel exercido pelo Estado nos modelos intervencionistas e protecionistas, fenômeno este que se fez sentir já no final da década de 70, criando um quadro de estagnação e de inflação em grande parte dos países que adotaram aqueles modelos de crescimento desde o final da Segunda Guerra Mundial.

As conseqüências positivas das reformas liberais implementadas em muitos países nos anos 80 e 90 foram o fim da inflação alta e a ampliação do comércio internacional, ensejando, inclusive, a formação de mercados comuns regionais. Por outro lado, surgiram como novos inimigos públicos o desemprego, a concentração da renda e da riqueza, a exclusão social e a degradação do meio ambiente.

Assim, volta a emergir a questão sobre como conciliar, no âmbito de um sistema capitalista, um alto grau de liberalismo econômico com uma garantia

---

\* Professor da UFRGS.

mínima à população de acesso a direitos sociais básicos, como emprego, renda, saúde, educação e meio ambiente saudável.

A finalidade deste texto é apresentar um resumo das idéias que permeiam o debate sobre essa busca de conciliação e situar a sua questão central, que é o novo papel que deve assumir o Estado na economia. O Primeiro-Ministro Inglês, Tony Blair, do Partido Trabalhista, foi quem lançou, recentemente, um desafio aos pensadores econômicos e sociais sobre a construção de uma nova social-democracia, uma terceira via entre o velho trabalhismo (na Inglaterra) e a nova direita.

Esse desafio está sendo conduzido, no plano acadêmico, pela London School of Economics and Political Science e, nesta, pelo seu atual diretor, Anthony Giddens, autor de **Beyond Left and Right**, lançado originalmente em 1994. Outro personagem destacado nesse debate é Will Hutton, um dos principais mentores da política econômica do Governo de Tony Blair e autor de **Como Será o Futuro Estado** e de **O Estado que Temos Hoje**, sendo que ambos estão em lançamento no Brasil pelo Instituto Teotônio Vilela, com prefácio de José Serra.

## A terceira via

Como bem demonstra a dialética hegeliana, a busca da denominada terceira via nada mais é que a procura de uma síntese entre dois sistemas antagônicos. No passado, essa busca de síntese era entre o capitalismo liberal, assentado nas posições políticas e filosóficas dos economistas clássicos, ou o comunismo, que se baseou nos escritos de Marx e de seus seguidores.

Essa primeira síntese entre o capitalismo liberal e o socialismo de Estado resultou na social-democracia clássica, ou *Welfare State*, como sistema político, com fundamentos econômicos assentados principalmente na escola keynesiana e em suas variações e tendo como sua característica central uma importante dose de intervencionismo direto do Estado na economia capitalista. A emergência dessa síntese foi marcada pela Grande Depressão dos anos 30, tomando várias formas e atingindo seu apogeu e declínio no período compreendido pelos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, até o final dos anos 70.

## Revisão da social-democracia clássica

Uma primeira abordagem na tentativa de se caracterizar o que poderia ser uma nova terceira via é deixar claro o que não se quer. Nesse sentido, está evidente que a terceira via buscada não é o antigo Estado socialista ou a social-democracia estatal e também não é o neoliberalismo do livre mercado. O que

se busca mediante o debate sobre uma nova terceira via é, essencialmente, uma revisão das políticas públicas associadas à social-democracia clássica, com a finalidade de criar-se uma solução para os males do neoliberalismo. Essa necessidade de revisão da social-democracia está assentada em cinco tendências-chave, que se manifestam no mundo atual:

- a) o individualismo, caracterizado pelo crescente desejo de autonomia pessoal e pelo declínio de tradicionais lealdades coletivas, como classe, local e religião, ao lado de uma expansão massificada do consumo;
- b) a desigualdade e a fragmentação social, resultantes da crescente divergência de condições materiais entre os com e os sem emprego e razoável renda — a ruptura da ordem social e o aumento da criminalidade que acompanham a desigualdade resultam em perda de coesão social;
- c) a queda da confiança no Governo, levando ao declínio da legitimidade do Estado;
- d) a internacionalização da economia, com o aumento da competição enfrentada pelo capital doméstico, a integração das finanças e do comércio globais, o crescimento e a concentração das empresas multinacionais e o declínio da capacidade dos estados de adotarem regulações nacionais em determinadas áreas da economia; e
- e) a degradação do meio ambiente.

## Os valores básicos

Uma segunda abordagem para a discussão é quanto aos valores que devem inspirar uma nova terceira via de orientação econômica e social. Se se observarem as tentativas recentes de articular uma filosofia de governo de centro-esquerda, dois conceitos ocupam o centro do palco: a oportunidade real e a responsabilidade cívica. Um terceiro valor — comunidade — também pode ser conceituado em termos daqueles dois valores básicos.

**Oportunidade real** - a noção de uma sociedade da terceira via pode ser entendida como uma sociedade que garanta a todos os seus cidadãos algum nível mínimo de oportunidade real de acesso aos bens básicos, como educação, emprego, renda e riqueza, independentemente da oportunidade de acesso formal a esses bens básicos oferecida aos cidadãos sob a forma conservadora da meritocracia do tipo da defendida por Hayek.

**Responsabilidade cívica** - os indivíduos devem assumir responsabilidades por mudanças no seu estilo de vida e não procurar desviar os custos dessas mudanças em direção a outros, isto é, não devem atuar de maneira a prejudicar os interesses públicos, que são compartilhados com os demais cidadãos. Isso significa que não devem assumir o comportamento *de free-riders*, ou seja, usufruir sem contribuir, mas, sim, que devem assumir responsabilidades primárias, como criar e prover os seus filhos, além de carregar uma parte justa dos impostos, de forma a garantir para todos oportunidades adequadas de acesso a bens públicos e, ainda, agir responsabilmente no contato com o meio ambiente. Aqueles que ignoram as responsabilidades cívicas descarregam certos custos de uma vida civilizada sobre os outros e vivem, assim, à custa destes. Encontra-se uma tendência de descarregar no Estado toda a responsabilidade cívica, menosprezando-se, assim, a idéia de que o cidadão também tem, individualmente, responsabilidades a serem cumpridas em relação à comunidade mais ampla.

**Comunidade** - a garantia de uma oportunidade real para todos pressupõe que os indivíduos não podem ficar isolados e agir apenas individualmente, mas, sim, devem se articular em relações de ajuda recíproca ou comunitária. Esse conceito se deriva dos dois primeiros, na medida em que o Estado representa bem a comunidade somente quando garante uma oportunidade real para todos, mas também não existe uma comunidade verdadeira sem aceitação das responsabilidades cívicas, sem as quais alguns viverão “aristocraticamente” às expensas dos demais.

## O papel do Estado

O conjunto das idéias apresentadas como as mais importantes sobre como os governos devem atuar para garantir os objetivos tradicionais da esquerda e, assim, contribuírem para a construção da terceira via é o seguinte:

**Regulação** - o Estado deve ser visto como regulador ou garantidor, mas não necessariamente como o provedor direto dos bens sociais básicos. No tradicional pensamento social-democrata, o Estado é obrigado a garantir aos cidadãos o acesso àqueles bens (saúde, educação, emprego e renda), e que, em geral, ele deveria fornecer diretamente. Segundo o pensamento da terceira via, o Estado tem a responsabilidade de garantir o acesso a tais bens, mas não necessita ele mesmo fornecer diretamente esses bens para cumprir as suas responsabilidades. Por exemplo, o Estado deve garantir a cada cidadão recursos para adquirir algum nível mínimo elevado de educação e treinamento (bolsas, subsídios), mas não, necessariamente, precisa fornecer, ele mesmo, essa educação e esse treinamento. Ou ainda, ao assegurar aos cidadãos o “direito

ao trabalho”, o Estado não, necessariamente, precisa empregar os desempregados há longo tempo, mas deve, em alguma medida, garantir-lhes esse direito, oferecendo-lhes auxílios para atrair os empregadores privados. Nessa linha, o Estado pode continuar a financiar a oferta de bens de oportunidade, porém pode deixar a produção real dos bens para outros agentes, assim como não necessita nem mesmo ser o financiador primário dessa oferta, limitando-se a construir uma estrutura regulatória, mediante a qual os cidadãos têm garantido o acesso aos bens de oportunidade. A título de exemplo, cita-se a construção de um sistema de fundos de pensões complementar (inclusive para o setor público). Na mesma linha, situam-se uma lei do salário mínimo, de proteção à criança (pais ausentes devem contribuir para o sustento dos filhos) e contratos pais-escola (para evitar a ociosidade dos jovens).

**Associativismo** - o Estado deve ser receptivo a formas de associativismo e incentivar o espírito comunitário. Deve encorajar, por exemplo, a formação de sociedades de crédito locais, para oferecer serviços financeiros a famílias de baixa renda, e o associativismo de empregados nas empresas, para os fins de ajuda mútua, via treinamento, no mercado de trabalho. Insere-se nessa linha mudar a postura das empresas de puro atendimento aos interesses de seus acionistas, para também estabelecer mútuos de cooperação entre os detentores do capital e os empregados, mediante regulação quanto à criação de conselhos de trabalho, à distribuição de lucros e à adoção de práticas de co-gestão.

**Finanças públicas** - as finanças públicas devem ser reorientadas em conexão com o papel do Estado como garantidor dos bens de oportunidade para todos. Citam-se as seguintes formas sobre como o Estado poderá conseguir arrecadar a receita necessária para as suas atividades: crescente uso de tributos sobre o meio ambiente; vinculação de novos tributos ao financiamento de bens específicos, como, por exemplo, educação e saúde; participação dos cidadãos nas questões tributárias (consultas populares, orçamento participativo, conselhos comunitários); criação de fundo comunitário capitalizado, para aplicação de seus recursos no patrimônio produtivo nacional, gerido por instituições do setor privado, com seus resultados destinados à educação e à saúde, por exemplo; criação ou elevação do Imposto sobre Heranças; e tributação única sobre o capital.

**Política social centrada no emprego** - tornar os cidadãos capazes de alcançar um padrão de vida decente através do emprego, mediante o estímulo à aquisição de habilidades, tendo em vista que o emprego está cada vez mais baseado em conhecimento. Transformar o emprego em centro da política social e centrar a política de emprego na habilitação não excluem a possibilidade de adoção de outras políticas ativas e passivas de emprego.

**Igualitarismo baseado na riqueza** - isto significa a adoção de mudanças nas dotações iniciais de recursos dos cidadãos, por meio de política social de emprego, reforma agrária, estímulos tributários à poupança de longo prazo também pelas pessoas de menor renda e transferências de capital social básico, via, por exemplo, o fundo comunitário, para o financiamento de atividades enquadradas, como educação, treinamento ou um novo negócio.

## Conclusão

Acima de tudo, a terceira via representa o resgate do papel do Estado na economia e a compensação das falhas dos mercados, principalmente o mercado de trabalho, mediante uma garantia mínima de acesso dos cidadãos a bens sociais básicos, como educação, papel a ser desempenhado pelo Estado na solução das falhas do modelo hegemônico. No limite, portanto, deve-se entender a busca de terceiras vias, no passado, hoje e no futuro, como um processo de renovação periódica das funções do Estado na construção de uma sociedade mais livre e mais justa para todos.

## Bibliografia

- JACOBS, Michael (1998). A terceira via, sociedade fabiana. [online] Disponível na Internet via **WWW.URL: <http://www.netnexus.org>**. Arquivo capturado em 8.10.98.
- SERRA, José (1998). Equilíbrio imprevisível. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jul.
- WHITE, Stuart (1998). Interpreting the third way: not one route, but many. Cambridge, MA: Department of Political Science. [online] Disponível na Internet via **WWW.URL: <http://www.netnexus.org>**. Arquivo capturado em 8.10.98.